



Universidade Estadual de Londrina

RENATA KELLEN NICOLIM UGUMA

UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA DO *RATIO STUDIORUM*

Londrina
2009

RENATA KELLEN NICOLIM UGUMA

**UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA DO *RATIO*
*STUDIORUM***

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Pedagogia, da Universidade Estadual de
Londrina.

Orientadora: Marta Regina Gimenez Favaro

Londrina
2009

RENATA KELLEN NICOLIM UGUMA

UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA DO *RATIO STUDIORUM*

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Pedagogia, da Universidade Estadual de
Londrina.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a Marta Regina Gimenez Favaro
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof Celso Luiz Junior
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof^a Maria Luiza Macedo Abbud
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 13 de novembro de 2009.

*A meu amado filho Faio, pois por ele
quase desisti, porém, por ele
Resisti!!!*

AGRADECIMENTOS

A Deus,

A base da minha vida, meu refúgio nos momentos mais difíceis, que me dá força e me faz continuar e alcançar meus objetivos.

À minha família,

Que depois de Deus é o suporte que me sustenta. Obrigada a todos, pelos princípios, ensinamentos e conselhos que me fizeram chegar até aqui.

Ao meu esposo Ivan,

Pela paciência e amor, pois muitos foram os momentos de ausência, porém, ele soube ser forte e continuar carinhoso ao meu lado.

Ao meu querido e amado filho,

Razão da minha vida, pois em todos os momentos sofri por deixá-lo, mas pelo seu olhar sei que sempre me perdoava, me dando forças para seguir.

À pessoa que mais admiro, minha mãe Sueli,

Pelo apoio incondicional, que com suas broncas e conselhos me levantava nos momentos mais difíceis. Obrigada também por ter cuidado com tanto amor do Caio por tanto tempo, senão não conseguiria deixá-lo.

Ao meu pai Claudemir,

Homem admirável e pai maravilhoso, que com sua grande inteligência me influenciou a amar a leitura e os estudos.

À minha irmã Nayara,

Pessoa que amo muito. Obrigado pelo apoio sempre que necessitei.

À minha amada sogra Edna Uguma,

Pelo apoio e amor para comigo e com o Caio, pelo grande incentivo nesta reta final.

Às minhas grandes amigas,

Que estiveram sempre comigo durante esse processo me dando forças.

A todos os meus professores,

Pessoas queridas que souberam transmitir suas experiências e conhecimentos de forma admirável, em especial à Rosangela Volpato, pessoa incomparável, de uma mente brilhante, pois eu tive a oportunidade de participar de um dos seus projetos, e aprender muito como pessoa e profissional.

Por fim, a pessoa sem a qual esse trabalho não teria se realizado, a minha querida orientadora Marta Favaro,

Que com sua imensa sabedoria e dedicação, de forma exemplar, soube guiar os meus passos para a construção dessa pesquisa, tornando possível meu sonho de realizá-la. Agradeço de coração a essa pessoa de inteligência admirável pela amizade e ajuda ao longo de todo o processo.

"(...) A História da educação fornece aos educadores um conhecimento do passado coletivo da profissão, que sirva para formar a sua cultura profissional. Possuir um conhecimento histórico não implica ter uma ação mais eficaz, mas estimula uma atitude crítica e reflexiva" (Gambi).

2009. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo central analisar o plano de estudos: *Ratio Studiorum*, importante documento elaborado no século XVI que normatizou a ação pedagógica dos jesuítas, apresentando sua estrutura e destacando características de sua organização pedagógica e da proposta de formação de professores. A Companhia de Jesus surgiu no período de Contra-reforma como uma das formas de recuperar o poder da Igreja Católica que estava se enfraquecendo nesse período. Com a necessidade de um documento que permeasse todo o processo de ensino dos jesuítas, após 59 anos de elaboração oficializa-se o *Ratio Studiorum*, manual que norteou a atividade de todos os colégios jesuítas até o fim do seu sistema escolar. Diante da análise do documento e da literatura, vê-se o excessivo controle que esses missionários pretendiam estabelecer dentro dos colégios, assim toda e qualquer atividade era normatizada pelo *Ratio*. Em relação à organização pedagógica e a formação de professores é possível identificar muitas continuidades das atividades de ensino como, por exemplo: currículo gradativo, de forma a organizar as salas por idade e/ou níveis, a forma como se aplicava a prova escrita, registro de avaliações e planejamento de aula que eram obrigatórios, e uma possível tentativa de formação continuada para os professores. Esse trabalho de pesquisa utilizou como fontes o documento *Ratio Studiorum* traduzido por Leonel Franca e outras fontes bibliográficas pertinentes ao tema. A metodologia foi à pesquisa bibliográfica/documental.

Palavras-chave: *Ratio Studiorum*; Educação escolar; Jesuítas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 MODERNIDADE: SURGIMENTO DA COMPANHIA DE JESUS.....	10
2.1 COMPANHIA DE JESUS.....	13
2.1.1 Companhia de Jesus de Portugal ao Brasil.....	16
3 O <i>RATIO STUDIORUM</i>	23
3.1 ELABORAÇÃO DO PLANO DE ESTUDOS	23
3.2 ESTRUTURA DO <i>RATIO STUDIORUM</i>	26
3.3 ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	40
3.3.1 Organização pedagógica	40
3.3.2 Formação de professores	46
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	53

A Igreja Católica por muito tempo foi a grande responsável pelo sistema educacional, na Europa e em outros espaços. Com o objetivo de difundir a religião cristã e reforçar sua ortodoxia, desenvolveu um papel importante dentro da História da educação.

Dentro dessa instituição poderosa chamada Igreja Católica, a partir do século XVI, os jesuítas foram os grandes precursores da educação religiosa, pois após a criação da Companhia de Jesus, eles adquiriram a missão de propagar a fé cristã, utilizando como instrumento a cultura letrada, o espaço escolar. Assim, esses missionários, controlaram por um longo período a rede de ensino, criando vários colégios para afirmarem sua doutrina.

Considerando a importância histórica alcançada por essa ordem religiosa, assumiu-se como tema deste trabalho a proposta pedagógica dos jesuítas: o *Ratio Studiorum*, um documento que se oficializou em 1599 após cinco décadas de elaboração, e que norteou toda a organização da educação dos colégios jesuítas. A pesquisa visa uma análise de tal documento, tomando como referência a organização pedagógica (métodos e características) e a formação de professores.

Percebeu-se como relevante o estudo do *Ratio Studiorum*, pelo valor histórico desse documento, que marcou época por suas inovações e contribuições na organização pedagógica do período. Portanto, o objetivo geral deste trabalho é: apresentar o *Ratio Studiorum*. E os objetivos específicos são: caracterizar sucintamente o contexto do nascimento da Companhia de Jesus; Apresentar a Estrutura do *Ratio Studiorum*; Analisar a organização pedagógica e a formação de professores presentes no *Ratio Studiorum*.

A metodologia utilizada para alcançar estes objetivos se estruturou a partir de uma pesquisa literária, com revisão bibliográfica e análise de documento. Devido a pouca literatura referente ao tema, o presente trabalho foi construído com um referencial restrito, mas significativo, considerando que os autores consultados são recorrentemente citados nos trabalhos sobre o tema. Foram tomados como referência básica os autores: Jean Chateau e Dermeval Saviani, além das bibliografias complementares como: Maria L. Hilsdorf, José Maria de Paiva, Frederick Eby, Luis Alves Mattos, entre outros.

A referência principal para a elaboração do trabalho é o autor Leonel Franca¹, que faz o estudo introdutório do *Ratio Studiorum* e a análise do próprio documento, traduzido por ele².

O trabalho foi organizado em dois capítulos:

- Modernidade: Surgimento da Companhia de Jesus

Esse capítulo tem como objetivo fazer uma breve caracterização do contexto da Reforma e Contra-Reforma, momento histórico que houve uma reorganização no campo educacional, para enfim chegar a compreensão de como e por que surgiu a Companhia de Jesus. Para uma localização no tempo e espaço entende-se como interessante apresentar como essa Companhia se organizou em Portugal e mais tarde no Brasil colônia, pois foram, no caso brasileiro, os primeiros educadores.

- O *Ratio Studiorum*

Esse capítulo tem como foco principal a interpretação do *Ratio Studiorum*, bem como contar um pouco da história da sua constituição, como ele nasce, enquanto idéia, e o tempo que demora para se desenvolver, a forma com que está estruturado e uma análise da organização pedagógica e formação de professores.

Portanto, a partir desses pressupostos o trabalho foi elaborado, a fim de englobar todas essas características, permitindo ao leitor entender um pouco mais sobre a organização pedagógica desses missionários.

¹ Leonel Edgard da Silveira Franca (São Gabriel, 6 de janeiro de 1893 — Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1948) foi um sacerdote católico e professor brasileiro. Entrou para a Companhia de Jesus em 1908, ordenando-se sacerdote em 1923. Foi então para Roma, onde doutorou-se em teologia e filosofia na Universidade Gregoriana. De volta ao Brasil, foi professor do Colégio Santo Inácio (Rio de Janeiro). Lecionou história da filosofia, psicologia experimental e química no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo. Foi membro do Conselho Nacional de Educação em 1931 e vice-reitor do Colégio Santo Inácio (Rio de Janeiro). Teve papel destacado na fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e foi, também, seu primeiro reitor. Em 1947 recebeu o Prêmio Machado de Assis. (WIKIPÉDIA, 2009)

² No documento original traduzido por Leonel Franca, o qual tivemos acesso estava faltando páginas da introdução (p. 40-61), conseguimos essa parte no site do HISTEDBR, porém como foi digitado estava com a numeração de páginas diferente (p.18-30).

2 MODERNIDADE: SURGIMENTO DA COMPANHIA DE JESUS

O período de instauração da Modernidade foi marcado por muitas mudanças na sociedade, pode-se afirmar que houve uma reorganização da mesma com grandes transformações em vários âmbitos, entre eles o religioso e o educacional.

De acordo com Denis (s.d) por muitos séculos Deus foi à verdade e o centro de tudo, em que todos os acontecimentos se davam pela vontade Dele. Assim, a Igreja era a intermediária nessa relação (Deus e homens), assumindo a função de doutrinar e impor regras para servir ao Senhor. À população, cabia apenas observar, admitindo a doutrina e seguindo dogmas.

Nesse momento histórico desenvolve-se o movimento do Humanismo que apresenta uma nova concepção de homem, uma concepção que o vê mais autônomo, empreendedor, capaz de dominar e modificar a natureza em seu benefício. Um homem consciente de que tem possibilidades de expandir sua própria humanidade e que acredita em Deus “(...) mas que volta às costas aos ideais da ascese e da renúncia” (CAMBI, 1999, p.224).

Segundo Denis (s.d) o Humanismo rompe com o mundo cristão, e se torna liberal e libertador, pois estreita o poder da religião e eleva o homem a *humanitas* (a humanidade do homem). Esse espírito Humanista influenciou o movimento de Reforma Protestante, que incorporou alguns aspectos significativos do mesmo. Essa Reforma criticava a estrutura hierárquica e decadente da Igreja Católica, e os abusos cometidos por ela.

A Igreja Católica mostrava-se muito poderosa, pois possuía um grande controle em relação à população, porém, os inúmeros escândalos nos quais ela estava envolvida, como excessos, em relação ao arbítrio, a autoridade, com muitas normas que controlavam o comportamento social, indulgências entre outros, levaram a uma crise. Nesse momento a população se encontrava em uma enorme angústia, e confusa em relação aos valores hierarquizados postos por essa Instituição.

Segundo Denis (s.d) a Reforma aconteceu no século XVI, mas a necessidade de mudanças na instituição eclesiástica era identificada como algo inevitável desde século XII. Uma das causas desse movimento foi à insegurança

geral em que se encontrava a população, sentimento que estava presente desde a Idade Média, a partir dos grandes conflitos existentes, como guerras, perturbações políticas, sociais entre outros.

O movimento reformador começou a utilizar a educação para divulgar seus princípios (educação reformada), possibilitando o acesso do homem a leitura e interpretação da bíblia, criando um vínculo direto do fiel a Deus, diferentemente do que se vinha desenvolvendo no interior da Igreja Católica. Propunha uma educação básica, elementar e organizada por níveis. “O movimento de reforma religiosa e cultural, iniciado por Lutero na Alemanha (...) assume desde seus inícios um importante significado educativo” (CAMBI, 1999, p.248). “(...) Nos reformistas, a preocupação com a educação revela-se primordial (...)” (DENIS, s.d, p. 187).

No texto de Eby (1962) Lutero é considerado um reformador religioso e não um professor ou humanista. Assim, discutindo princípios educacionais gerais, publicou em 1520 três obras que se tornaram famosas. Entre elas: Discurso à Nobreza Cristã, em que comentava sobre a reforma da Igreja; A Liberdade de um Homem Cristão, sobre o sentimento de independência individual; e Sobre o Cativo Babilônico da Igreja, em que denunciava a doutrina e as práticas do papado.

Tais obras repercutiram intensamente nas instituições educacionais da época, pois com o movimento reformador o ensino religioso começou a desaparecer, acarretando na decadência de mosteiros e escolas da Igreja. “Onde quer que prevaleça o luteranismo, ai desaparece o ensino” (Erasmus apud EBY, 1962, p. 558).

Eby (1962) esclarece que o protestantismo afirmou a idéia do direito ao estudo, em que o cidadão teria gratuidade pelo menos no grau elementar. Com isso, se instaura um conceito autônomo de formação, desvinculado de qualquer autoridade, verdade ou Deus. Partindo desse princípio, a organização das escolas segue o modelo humanístico, em que estão presentes as línguas e a educação gramatical.

A ênfase da educação proposta pela Reforma está na palavra escrita e impressa, o que justifica procedimentos específicos de leitura e exercícios escritos (análise e redação).

De acordo com Denis (s.d) a educação reformadora oferecia três níveis de ensino: primário, secundário e superior. Em relação a métodos e conteúdos de ensino estão presentes: no lugar do fundamento filosófico aristotélico

o humanismo e estudos da religião; as disputas continuaram, porém, com exercícios na língua materna (tradução do latim); eram usados manuais iguais os da educação anterior, no entanto, há mais textos antigos, sendo que a Bíblia era a mais utilizada; na educação católica apenas o latim era ensinado, já nas escolas protestantes eram ensinados: latim, grego e hebreu.

Vê-se algumas semelhanças e diferenças entre o ensino protestante e o católico, sendo que:

(...) a qualidade do ensino ministrado pelos protestantes ou pelos católicos determinava a frequência dos estabelecimentos, independentemente da linha de clivagem dos credos. Mas, o que é certo, é que a aprendizagem generalizada da leitura e da língua materna nos protestantes impeliu os católicos à imitação: a Reforma tinha transformado a pedagogia (DENIS, s.d., p. 193).

Em oposição ao protestantismo a Igreja Católica desencadeou o movimento de Contra-Reforma, com intuito de rever suas normas e recuperar o poder perdido, usando a educação como instrumento de propagar a fé e conter a Reforma protestante. Em busca de converter jovens, expandiram seus espaços formativos e amenizaram alguns problemas que estavam ocorrendo desde a Idade Média.

Para a Reforma dentro da própria Igreja Católica, foram estabelecidas cinco medidas:

(...) para corrigir a licenciosidade do clero e os abusos da Igreja, o estabelecimento da Inquisição espanhola, a repressão da heresia pelo Índice Expurgatório, o Concílio de Trento, e a criação dos jesuítas. (EBY, 1962, p.92)

Todas essas medidas foram norteadas por uma maior consciência da Igreja em relação a sua função, principalmente educativa, e a construção de congregações para formação de jovens e eclesiásticos, pois segundo Eby (1962) os sacerdotes haviam se formado nas universidades que não estavam vinculadas diretamente a Igreja, sendo que a intelectualidade e filosofia existentes nesses espaços estavam distantes do verdadeiro Cristianismo, além da falta de disciplina que tais universidades causavam no comportamento dos padres.

Para tornar mais incisiva essa obra de formação são preparadas normas rigorosas que agem sobre as consciências e os comportamentos, sobretudo dos jovens, dispondo-os à obediência e a submissão a autoridade (CAMBI, 1999. p.257)

Para Margolin (s.d) a Contra-Reforma foi um movimento espiritual e disciplinar, uma renascença religiosa, que englobou o Concílio de Trento, guerras de religião e a instauração da Companhia de Jesus. A educação dessa reforma católica iniciava-se nas crianças com missão de torná-las adultos impregnados com sua doutrina. O espírito humanista esteve presente em muitos programas escolares da Igreja, tal como concepções, métodos e princípios de pedagogos protestantes.

Nesse momento composto por diversas mudanças e necessidades pedagógicas entende-se como uma das obras mais notáveis a criação da Companhia de Jesus, uma ordem religiosa que por meio dos princípios da Contra-Reforma desenvolveu um sistema de instrução que permeou a maior parte do sistema de ensino dos séculos seguintes.

2.1 COMPANHIA DE JESUS

Os jesuítas foram os novos percussores da educação católica no século XVI, eles formavam a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534 para atender as necessidades do período da Contra-Reforma. A Ordem vinculava-se diretamente a autoridade papal, distanciando-se da hierarquia comum da igreja.

Obtida a aprovação do papa Paulo III, a Companhia caracteriza-se – em linha com o passado militar do seu fundador – como uma “milícia” a serviço da Igreja de Roma, para a qual tenciona restituir o controle sobre todos os aspectos da vida individual e social e difundir o “verbo” junto aos povos não-cristãos da Ásia, das Américas e da África. Uma ordem “militar”, portanto, com uma estrutura rigidamente hierárquica e sujeita a mais total obediência ao chefe supremo, que é o preposto geral, mas também uma ordem missionária que, enquanto tal, desde o início do seu mister mostra atribuir grande importância ao instrumento educativo na afirmação do catecismo contra-reformatista (CAMBI, 1999, p.261).

Segundo Chateau (1978) após as transformações ocorridas no século XVI, a sociedade necessitava de ordem, cultura e universalidade, e a pedagogia jesuítica foi formulada a partir das exigências da época, explicando-se assim o sucesso de seu ensino unitário e formal.

O objetivo central da Companhia era:

Como um dos ministérios mais importantes de nossa Companhia é ensinar ao próximo todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levá-lo ao conhecimento e amor do Criador e Redentor nosso, tenha o Provincial como dever de zelar com todo empenho para que aos nossos esforços tão multiformes no campo escolar corresponda plenamente o fruto que exige a graça da nossa vocação (*RATIO* in FRANCA, 1952, p.119).

Diante disso, vê-se que a intenção desses missionários era formar uma parte da população com os ideais da Igreja, para esses combaterem os rebeldes e converterem os pagãos. O instrumento usado para que isso pudesse se realizar foi à educação, que foi elaborada a partir dessas necessidades.

Para Margolin (s.d) a educação dos jesuítas parte de preocupações utilitárias, como formar bons soldados da Igreja, para que possam conviver na sociedade combatendo os pecados e os que vão contra os ideais da religião. Nota-se isso claramente no discurso do jesuíta P. Antonio Possevino (apud MARCOLIN).

Assim, a eloquência e as ciências, de início servas conduzidas pelos religiosos à cidadela de Deus, tornam-se finalmente com o que os estudos e galhardetes para caçar os inimigos que desejariam assediar a Igreja de Deus (s.d., p.197).

Para chegar a esta finalidade a organização de seus programas escolares era inspirada pelos modelos do passado, porém, com uma diferença primordial, enquanto o objetivo humanista era formar o homem individualmente livre e autônomo, os da Companhia eram formar soldados bem armados e preparados para servirem a Igreja.

O pensamento de Inácio de Loyola foi se efetivando gradativamente, com a idéia de que a formação intelectual e científica dos espíritos era imprescindível para a conquista da alma. Ocorreu assim, uma grande reforma no ensino católico, incorporando um programa com disciplinas escolares mais presentes (importância que é dada para o ensino das letras) e por uma vocação de

apostolado, que dividia os colégios em três classes: as pequenas, que se resumiam ao ensino das letras; as médias, com o estudo da filosofia e dos casos de consciência; e as grandes, com estudos da história santa e da teologia. (MARGOLIN, s.d.)

A principal característica da pedagogia jesuítica era seu valor prático, com cooperação em um sistema hierárquico, com relações estabelecidas entre o mestre e o aluno, sendo que o professor tinha papel de guia, conselheiro; uso de exercícios coletivos para proporcionar sentimentos entre os alunos; e um sistema de notas, punições, recompensas e prêmios.

A Companhia de Jesus tinha como característica principal o centralismo e o poder de propagação, aplicando assim em sua educação o mesmo método que norteava a ordem: autoritário (ponderado), mas que se baseava em um conhecimento da alma humana, da psicologia das crianças e dos adolescentes. Os jesuítas respeitavam o progresso e se preocupavam em não agredir o ritmo da evolução humana, pois valorizavam as fases do conhecimento.

A atividade dos jesuítas tinha como meta atingir as crianças e os jovens, pois esses seriam capazes de aproveitar melhor a vida social (entendendo melhor a condição humana) e de difundir a religião. Para que isso fosse possível viu-se a necessidade de construção de escolas.

Diante disso, o período de ação ativa e continua da atividade educativa da Companhia de Jesus se estendeu por dois séculos: iniciou-se no século XVI (abertura do Colégio de Messina) e terminou no século XVIII (expulsão dos jesuítas e fechamento dos colégios).

Segundo Chateau (1978) em 1540 Inácio de Loyola enviou os futuros doutores da Companhia para que se formassem em Paris. Tais homens seriam os responsáveis por coordenarem o primeiro colégio da Companhia, criado em Messina (Itália) em 1548, mesmo ano que é aberta à casa de Gândia (Espanha). Estes espaços continham escolásticos da ordem e estudantes de fora. O Colégio de Messina era composto por um corpo docente que continha italianos, espanhóis, franceses e alemães, dos quais quase todos tinham se formado em Paris.

Em 1550, criou-se o Colégio Romano, que se torna após algum tempo um dos mais importantes espaços para a formação de futuros professores e local da chegada dos relatórios (contendo as experiências vividas) dos outros

colégios. “Apoiados nessa importância central pedagógica, os jesuítas podiam, desde então, empreender implantação sistemática” (CHATEAU, 1978, p.68).

Já em 1556, em uma carta que Ribadeneira escreveu a pedido de Inácio de Loyola para Filipe II nota-se a importância que a cultura letrada representava para a Companhia:

Vemos todo dia quão difícil é, aos que envelheceram no vício e nos maus costumes, despojar-se dos hábitos inveterados para revestir um homem novo e dar-se a Deus, e quanto todo o bem da cristandade e da sociedade inteira depende de boa educação da juventude; esta, mole como a cera, recebe mais facilmente a forma que se quiser. Mas como para dá-la encontram-se muito pouco mestres virtuosos e letrados que juntem o exemplo à doutrina, a mesma Companhia, com o zelo que Cristo nosso redentor lhe inspirou, condescendeu em tornar essa parte menos honrosa, não, porém, menos frutuosa da instrução dos meninos e moços. Assim, entre os outros ofícios que exerce, não é o menor de seus deveres manter colégios nos quais não somente os seus, mas também os de fora, dela recebam gratuitamente, como os conhecimentos necessários a um bom cristão, as ciências humanas, desde os rudimentos da gramática até as faculdades mais elevadas, mais ou menos segundo os recursos que esses diversos colégios possam oferecer. Tais colégios ela os fundou na Espanha, em Portugal, na Itália, na Alemanha e por toda parte esses estabelecimentos corresponderam ao favor público, como provam os êxitos e os progressos que Nosso Senhor concedeu, em pouco tempo, a uma obra que parece haver feito sua (DE DAINVILLE apud CHATEAU, 1978, p.70-71).

Nota-se que em um curto tempo houve um grande progresso, Franca (1952) afirma que com o passar dos anos, o número de alunos no Colégio de Messina foi gradualmente aumentando, e muitos elogios surgiram em relação há uma aprendizagem rápida e eficaz. Os colégios jesuítas do período de 1579 a 1626 passaram de 144 para 444, o que afirma o sucesso de sua educação.

2.1.1 Companhia de Jesus de Portugal ao Brasil

Segundo Ferreira (2004) nas primeiras décadas do século XVI, Portugal oscilava entre a novidade das descobertas, uma auto confiança humanista, a curiosidade e a necessidade de assegurar uma ordem. Na segunda metade do século XVI a reação católica contra os reformistas influenciou todo o

desenvolvimento cultural e científico do país, Portugal nesse momento, entra na mais alta hierarquia da Igreja (Concílio de Trento).

De fato, foi no Concílio que aí se realizou, entre 1545 e 1563, que se vincularam disposições teológicas consagradas e que se estabeleceram normas de policiamento que muito contribuíram para um clima repressivo que haveria de inibir a manifestação de idéias diferentes das que tinham sido estipuladas (FERREIRA, 2004, p.57).

A Igreja Católica, ainda com a preocupação de manifestações contra sua doutrina, tomou algumas medidas para assegurar seu poder: o Vaticano construiu um texto, o qual os professores juravam respeitar as decisões postas no Concílio de Trento, e em 1536 cria-se a Inquisição Portuguesa, que passa em 1547 a ter plenos poderes (Estado dentro do Estado), com intuito de zelar e manter a fé católica na sua pureza.

Segundo Mattos (1958) os missionários jesuítas chegaram a Portugal no mesmo ano que ocorreu a fundação oficial da Companhia de Jesus, em 1540, pois D. João III após ler a carta de Diogo de Gouvêa sobre a Companhia fez vários convites para eles. Com o passar dos anos a pedagogia jesuítica se consolida, fazendo com que esses missionários controlem o ensino e possuam vários colégios em Portugal.

Assim Padre Mestre Sima Rodrigues fundou a província portuguesa da Companhia. E em 1542 fundaram o “Colégio de Jesus” em Coimbra e um em Sanfins no Minho, colégio, que formava missionários e educadores jesuítas que tinham como objetivo a propagação da fé.

Ferreira (2004) esclarece que a Igreja (jesuítas e inquisição) e a Coroa atuavam de modo a reforçar a ortodoxia católica, influenciando assim, diversos setores, bem como a educação. Na segunda metade do século XVI, o campo educacional se consolida e caracteriza o que acontecerá nas próximas décadas: os jesuítas, em Portugal, controlam o ensino e abrem vários colégios.

A Companhia de Jesus tinha a educação como forma de disciplinar as consciências, tendo como objetivo expandir sua doutrina católica, mas esse ensino também abrangeu pessoas que iam aos colégios com intuito, apenas, de serem instruídas (adquirir saber) para melhorar sua condição de vida.

No século XVII os jesuítas continuavam com a mesma convicção, expandindo cada vez mais a sua “rede” de ensino, criando colégios em seu território

e enviando missionários para as colônias, sempre com o latim como sua língua e o catolicismo como sua ideologia.

De acordo com Mattos (1958) a partir da sua nova política colonizadora El-Rei Dom João III (Portugal) passa para Tomé de Souza a tarefa de realizá-la. Assim, com a necessidade de instaurar a monarquia no Brasil, em 29 de março de 1549 Tomé de Souza chega ao Brasil acompanhado por oficiais, artesões, colonos, degredados e seis jesuítas liderados pelo Padre Manuel da Nóbrega. Inicia-se assim, a História da educação brasileira em um “período heróico e glorioso” (MATTOS, 1958, p.55).

A esses missionários jesuítas El-Rei Dom João III delegou o sucesso de sua missão colonizadora, para isso fornecia alimento, vestuários e qualquer coisa que eles precisavam, pagando-os mensalmente. A intenção era que os jesuítas fizessem justa a expectativa do rei.

Em Portugal na primeira metade do século XVI vê-se que Igreja e Estado, nobreza e clero estão unidos, defendendo a hierarquia social e possuindo os mesmos interesses. Assim, a sociedade encontra-se com grupos fechados, que são definidos pelos laços de sangue, prevalecendo ainda os valores medievais. Esses valores vão influenciar o início da educação brasileira.

Assim, os jesuítas no Brasil foram encarregados de transmitir os ensinamentos postos pela Igreja, por meio da catequese a serviço do Papado e do Estado, reforçando os laços de poder que se tinha em Portugal.

Antes da chegada dos colonizadores, o Brasil possuía uma educação informal, baseada na tradição oral, que se processava no cotidiano, com a aprendizagem por meio da ação “A escola era o lar e o mato: muito mais importante as lições do exemplo que a palavra” (TOBIAS apud ZOTTI, 2004, p.13).

Com a chegada dos portugueses ao Brasil, a educação e a cultura dos indígenas foram gradativamente alteradas, com valores mercantis, embasados na religião católica, a catequese era a forma mais utilizada para essa mudança. O catolicismo tornou-se religião oficial do Brasil Colônia, assim, o papel dos jesuítas foi doutrinar e evangelizar os índios.

(...) a missão peregrina (...). Tratava-se de ir ao encontro de, de buscar almas para comerciar a salvação, conforme sua espiritualidade mercantil consentânea com os tempos,

espiritualidade ativa em contraponto à contemplativa (...) (PAIVA, 2004, p.83).

Segundo Baeta Neves (apud HILSDORF, 2003) a Companhia de Jesus possuía uma prática que tinha como finalidade igualizar os homens, tentando apagar as diferenças. Portanto, a atividade missionária e catequista realizada seguia as características: discurso universalista; sujeição (atitude medieval, que reconhece a liberdade espiritual) do índio ao pensamento e normas do branco; e criação da Aldeia, espaço físico e também intelectual criado pelo colonizador para substituir as do índio, bem como sua cultura.

Para Hilsdorf (2003) o período dos jesuítas no Brasil possuiu duas diacronias (projetos) sendo um deles o da missão, em que a Igreja tem um processo missionário para converter novos cristãos; e o outro o da colonização, com interesses econômicos e caráter invasor.

Entende-se, portanto, que até 1570 a ação desenvolvida no Brasil foi a de povoamento, em que os interesses religiosos – políticos eram maiores que os econômicos, e só após esse período que realmente o país se torna colônia, pois há a superioridade dos valores econômicos, rompendo com a cristandade (comunhão religiosa de interesses políticos entre Coroa e Igreja). Vê-se assim, que nessa data os dois projetos se encontram: o da missão (Igreja) e o de colonização (Coroa), porém esse encontro é paradoxal, pois a atividade missionária que estava sendo desenvolvida até então sofreu uma alteração e se submeteu aos interesses da colonização, assim além de colonizadores (que incorporaram as novas idéias), os jesuítas também se tornaram colonizados, sendo que o jesuíta que não aceitasse as novas condições lutava com os índios e perdia sua posição e influência.

Nesse sentido os jesuítas também foram colonizados (e não somente colonizadores). Hoornaert chega inclusive a dizer que nesse processo eles foram instrumentalizados, vítimas da Coroa colonialista, depois de 1570. Assim, os jesuítas foram marcantes na primeira fase do catolicismo brasileiro (...) (HILSDORF, 2003, p. 6).

De acordo com Saviani (2004) o período da ação jesuítica ativa no Brasil se deu nas duas primeiras fases da educação no país:

⇒ 1º fase (1549-1570)

Período que os primeiros jesuítas chegam ao Brasil chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega. Seu plano de instrução começava com o aprendizado do português (escola de ler e escrever) e ia para a doutrina cristã. Este plano procurava levar em conta as condições da colônia.

Esse primeiro período foi caracterizado pela missão, em que os primeiros jesuítas viviam nas aldeias com os índios, divulgando a doutrina cristã pela catequese, que era feita por contato e convencimento.

Existia um acordo com o chefe indígena, e intérpretes para os contatos que eram estabelecidos por meio de discursos, saudações, visitas (no caso dos jesuítas não morarem com eles), entre outros.

Há adaptação e permeabilidade nos comportamentos de ambas as partes, tanto no plano material das condições concretas da vida quanto no plano simbólico dos ritos e mitos, mas também ambiguidades e simulação da parte dos nativos (HILSDORF, 2003, p. 7).

Muitas formas de resistência começam a ser percebidas em relação aos índios, levando os jesuítas a entenderem que com a catequese desenvolvida por eles não obtiveram resultados suficientes (aculturação e conversão). Vê-se assim, a necessidade de “primeiro transformar ou suprir a cultura indígena, para depois ensinar a doutrina” (HILSDORF, 2003, p7). As práticas dos jesuítas são mudadas, e as missões começam a se organizar de forma institucional.

Portanto, a ação jesuíta em relação à educação indígena se resumiu em três estratégias: a missão, as aldeias e os colégios. Percebe-se que conforme foram surgindo problemas e insucessos, os missionários foram alterando seus procedimentos.

As instituições começam a aparecer em meados de 1552 e 1553 com apoio da Corte e iniciativa de Nóbrega. Nesses espaços a proposta era de um programa com ênfase na oralidade, incluindo:

(...) o aprendizado oral do português e do contar, do cantar, do tocar flauta e outros instrumentos musicais, do catecismo da doutrina cristã, além de práticas ascéticas; em seguida ler e escrever português e gramática latina para os postulantes à Companhia e ensino profissional artesanal e agrícola nas oficinas para os demais (HILSDORF, 2003, p.7).

Com o passar do tempo o recolhimento e os aldeamentos passaram a se resumir na sedentariedade e no trabalho dos indígenas, com caráter de escravidão. Essa característica levou a grandes despovoamentos, pois muitos índios fugiam das aldeias, interrompendo o processo de catequese. Assim, essa nova prática se tornou outro insucesso para os jesuítas. “(...) A certa altura da catequese dos índios, os próprios jesuítas vão julgá-la desnecessária. E os colégios, estes sobretudo, se voltam para os filhos dos principais” (PAIVA, 2003, p.44).

Como na Europa a Companhia de Jesus almejava por instituições escolares, o trabalho missionário no Brasil começou a ser repensado, acarretando na abertura de colégios para filhos de colonos (1560).

⇒ 2º fase (1570 – 1759)

Período de consolidação dos colégios, com uma educação jesuítica centrada no *Ratio Studiorum*, que continha um plano de caráter universalista (todos os jesuítas adotaram) e elitista (pois se tornou uma educação para os filhos dos colonos).

Os colégios se instalaram nas principais vilas, em que a Coroa ofertava para os missionários o recurso da redízima, taxa que se destinava de 10% das dízimas recolhidas. Assim, muitos colégios ofereciam o ensino secundário de humanidades gratuitamente.

Para Paiva (2004) o colégio:

(...) cuidaria daquilo que espelhasse a fé: formação nos bons costumes se fazendo tônica, dado que a fé era o pressuposto aceito e inquestionável. Educar significava primeiramente formar os alunos na fé, nos bons costumes, na virtude, na piedade, isto é, na religião. A cultura portuguesa era religiosa: a educação do colégio era religiosa. Deus, a referência dos bons costumes, o sinal de fidelidade. Assim foi a educação na Colônia (p.85).

Os colégios estabeleciam seu currículo a partir do *Ratio Studiorum*, oferecendo: “(...) A gramática média; a Gramática superior; as Humanidades; e a Retórica. Havia ainda a Filosofia e a Teologia para quem se preparasse para o sacerdócio. A presença greco-romana é incontestável” (PAIVA, 2003, p. 44).

Para Mattos (1953) a educação jesuítica nos colégios não se relacionava com a realidade social brasileira, perdendo o caráter missionário

apostólico. A atividade seguia nesse momento caráter cultural e pedagógico supranacional.

As formas culturais dos colégios eram mais rígidas e impermeáveis, em que os jesuítas usavam a tradição, repetição, repressão, disciplina entre outros para aculturar os alunos.

Esta educação baseada no *Ratio Studiorum* ocorreu até 1759, quando houve a expulsão dos jesuítas e o fechamento de toda sua rede de ensino por Marquês de Pombal, a fim de introduzir no Brasil as idéias iluministas. As reformas feitas pelo Marquês de Pombal (ruptura com a educação jesuítica e instauração das aulas régias) tiveram muitos problemas para se efetivarem, devido à formação dos mestres, que eram todos formados nos colégios jesuítas e a dificuldade de substituir o grande sistema escolar construído por esses missionários.

Nota-se assim, que a educação jesuítica possuiu um caráter religioso e elitista, controlando por muito tempo o sistema educacional do Brasil. Considera-se assim, a importância ocupada pelos jesuítas na organização da educação letrada no Brasil, pois esses configuraram a primeira organização escolar no país.

No campo da pedagogia a investigação das diferentes experiências deixadas pela Companhia de Jesus é produtiva, assumindo importância para o patrimônio cultural dos que estão envolvidos na escola, conhecer um pouco sobre o método e organização desses missionários, devido a preocupação e desenvolvimento de um plano de estudos, o que representa um exercício de reflexão sobre o fazer pedagógico de extrema importância para composição do campo de saber da pedagogia. A partir dessas indicações torna-se ponto de relevância um estudo mais detalhado em relação a sua proposta pedagógica, *Ratio Studiorum*, no que se refere à organização dos métodos e a formação de professores.

3 O *RATIO STUDIORUM*

Todo código de educação espelha necessariamente a fisionomia da época em que nasceu. Educar não é formar um homem abstrato intemporal, é preparar o homem concreto para viver no cenário deste mundo (FRANCA, 1952, p.75).

3.1 ELABORAÇÃO DO PLANO DE ESTUDOS

Para se chegar à definição e organização do *Ratio Studiorum* foram desenvolvidos alguns planos de estudos anteriores, que serviram como norteadores para sua elaboração. Foi um movimento intenso de formulação e organização que passou por diferentes fases.

Em um primeiro momento de organização do plano de estudos, o documento tinha um caráter mais amplo de concepção pedagógica, com a preocupação de investigar o campo particular da pedagogia, no que diz respeito à transmissão de conhecimento, a organização da sala de aula, a formação dos professores, a composição do currículo, entre outros.

As primeiras discussões para a formulação do *Ratio* estavam voltadas para o campo da teoria da educação, podendo notar o avanço de tal idéia diante da época, pois essa proposição da Companhia de se tentar elaborar uma teoria explicativa para a ação pedagógica era um progresso para aquele período no campo pedagógico. Essa ação pode ser considerada inovadora considerando o período no qual foi criada. Entretanto, com a necessidade de controlar a ação dos envolvidos no processo de ensino dentro dos colégios, esse trabalho, com o passar do tempo, foi se transformando e se caracterizando como um manual a ser seguido, uma regra de estudos.

Segundo Franca (1952) o primeiro plano de estudos elaborado para os colégios jesuítas foi criado em 1551, por Jerônimo Nadal (reitor do colégio de Messina). No ano seguinte o plano foi intitulado *DE STUDIO SOCIETATIS JESU*, que continha a organização dos estudos.

Nadal contribuiu bastante para a organização dos estudos, pois foi ele que descreveu o currículo e os métodos seguidos nos colégios, por volta de 1551 e 1552. Ele produziu o esboço do futuro *RATIO STUDIORUM*.

Jerônimo Nadal percorreu toda Europa para explicar a constituição da Ordem e quando voltou se tornou o Prefeito dos Estudos no colégio Romano (1557 – 1559), e em 1564 – 1566 se tornou Reitor, período em que elaborou o novo *ORDO STUDIORUM* (executado em seu reitorado).

Em 1557 Ledesma entrou no Colégio Romano, e continuou o trabalho de Nadal, ampliando o programa de estudos, formulou o *DE RATIONE ET ORDINE STUDIORUM COLLEGII ROMANI*, com a intenção de que atingisse todos os colégios. Ledesma foi a maior contribuição individual para a elaboração do *RATIO STUDIORUM*.

Para Inácio de Loyola o Colégio Romano representava papel imprescindível à Companhia, pois segundo ele em uma de suas cartas em 6 de novembro de 1553 a D. Diego de Mendoza:

Esse colégio poderá servir de tipo a todos os outros da companhia, depois que se haja feito aqui prova dos métodos mais convenientes, dos livros por adotar e das doutrinas que se deverão ensinar em todas as faculdades. Ora, já homens muito inteligentes e muito capazes começaram a ocupar-se desse trabalho; esperamos que de seu zelo nos venha um plano de estudos... e esse plano de estudos poderá ser seguido não somente em nossos colégios, mas, ainda, nos outros centros de instrução fora da companhia, tanto para as belas-letas como para as faculdades superiores (LOYOLA apud CHATEAU, 1978, p. 72-73).

Diante disso, os missionários visitavam as instituições periodicamente, para instruir na atividade pedagógica, porém, os grandes intervalos dessas visitas tornavam essas orientações dispersas, também porque havia mudanças freqüentes. Assim viu-se a necessidade de um código de ensino que abrangesse todo o sistema. Um plano fixo, particularizado, uniforme e sistemático, que instrísse a ação pedagógica jesuítica.

Segundo Franca (1952) em 1584 inicia-se sistematicamente os trabalhos de codificação do plano de estudos. Em 1586 o *RATIO* “não tinha caráter de estudos definitivo, nem força obrigatória” (FRANCA, 1952, P.23).

A edição de 1591 elaborou regras para todos os envolvidos no processo, sendo mais rígido do que os anteriores – *RATIO ATQUE INSTITUTIO STUDIORUM*.

E em 1599, após 59 anos de discussão e elaboração oficializa-se o Ratio Studiorum, documento que continha os aspectos do funcionamento dos colégios e a instrução para a ação educativa dos jesuítas. “Podemos dizer que no Ratio Studiorum tudo estava previsto, regulamentado e discutido, desde a posição das mãos, até o modo de levantar os olhos” (PONCE apud ZOTTI, 2004, p. 20).

O Ratio Studiorum foi desenvolvido a partir de grandes experiências, acarretadas ao longo de 50 anos com uma “experiência rica, ampla, variada, talvez constituía um caso único na história pedagógica” (FRANCA, 1952, p.23).

A formulação deste currículo foi baseada totalmente na virtude e no amor a Deus:

Sublinho aqui as linhas-mestras do Ratio Studiorum, código pedagógico dos jesuítas. A destinação do homem e de todos seus atos para Deus, compreensão própria de uma sociedade teocêntrica, funda a visão pedagógica (PAIVA, 2003, p. 49).

A pedagogia jesuítica foi baseada e influenciada pelas faculdades de Paris, pois lá estudaram grande parte dos missionários, tal como Inácio de Loyola. Essas Universidades se fundamentavam na corrente humanista do Renascimento (Ensino Clássico). Portanto, houve a influência da antiguidade Clássica: Grécia e Roma; da Idade Média: Filosofia e Religião; dos autores Vives e Sturm (Calvinista); e principalmente da experiência humana vivida dentro dos colégios durante 50 anos. De acordo com Polanco (apud FRANCA, 1952) três elementos influenciavam a opinião de Inácio: a oração, a razão e a experiência.

Para Franca (1952) o *RATIO* traz características do Renascimento, pois foi elaborado no século XVI, expressando princípios para uma educação humana, harmoniosa e para o futuro.

Para a sua elaboração contribuiu a sabedoria antiga nas suas melhores e mais bem provadas aquisições, o cristianismo com o tesouro de suas verdades profundamente iluminadoras da nossa natureza, a Idade Média com a riqueza de sua experiência filosófica, o Renascimento com todas as suas preocupações de elegância e arte. Neste sentido, a lei orgânica dos Estudos da Companhia prende-se a uma tradição amplamente humana (FRANCA, 1952, p.77).

Os fundamentos da pedagogia dos jesuítas possuíam um ideal religioso, com objetivo de formar o homem para a Glória de Deus. Assim, o ofício das letras era ofertado para servir a Deus, visando formar o indivíduo em seus âmbitos: individual, social, intelectual e religioso, uma formação perfeita de um homem universal, bom e cristão, e não homens para cada tipo de região, cultura ou outros pontos circunstanciais.

Almejava-se uma formação humanista com o ensino do latim, gramática e retórica. As Humanidades tinham como finalidade desenvolver a imaginação, a inteligência e a razão, capacidades naturais dos indivíduos. Nota-se assim, que o *Ratio* tem caráter mais artístico do que científico, pois ele é um documento prático, porque traz instruções, objetivos, maneira de aplicar atividades entre outros, e na compreensão de Franca (1952) “A ciência é, por natureza, teórica; a arte, essencialmente prática” (p.83).

Franca (1952) afirma que Farrel, um conhecedor da educação jesuítica, elenca três características dominantes de tal pedagogia: o método e ordem (parisienses), o currículo humanista, e o espírito de Inácio de Loyola.

3.2 ESTRUTURA DO *RATIO STUDIORUM*

Tomando como referência a literatura consultada de Leonel Franca, o *Ratio Studiorum* é composto por 30 tópicos, com 467 itens. Essas inúmeras regras abrangem todos os envolvidos no processo de ensino, detalhando práticas a serem desenvolvidas. Nas regras referentes às classes (gramática, retórica e humanidades), existe a descrição das atividades que poderiam ser realizadas, bem como sua forma e o referencial a ser utilizado, sempre com os horários que deveriam ser desenvolvidas (de manhã, à tarde). Já nas referentes aos professores, prefeitos, reitor, provincial, contém normas de como devem agir, e qual o real objetivo a ser atingido.

Nota-se, portanto, que o *Ratio* não contempla conceitos doutrinários ou psicológicos, nem sistematiza uma pedagogia, é composto apenas por normas a serem seguidas, com regras práticas, sempre assumindo como objetivo principal a formação religiosa (princípios cristãos) para o ensino das letras.

O *Ratio* se propõe, antes de tudo, instruir rapidamente todo jesuíta docente sobre a natureza, a extensão e as obrigações de seu cargo. Estamos, pois, em presença de uma série de regras práticas que esclarecem, sucessivamente, sobre o sentido de sua ação pedagógica, o *provincial*, do qual dependem todos os estabelecimentos de sua alçada, o *reitor* que administra um colégio, o *prefeito de estudos*, e os *professores* que presidem ao destino de diversas classes (CHATEAU, 1978, p.73).

Diante disso, vê-se a necessidade de elencar aspectos principais das regras contidas no documento. Assim, o *Ratio Studiorum* se estrutura da seguinte forma:

- Regras do Provincial (40 itens)

Nessa regra contém aspectos gerais dos estudos, bem como seu objetivo, a escolha do prefeito geral dos estudos, do prefeito dos estudos inferiores e da disciplina, seleção de professores entre outros. Esta é uma regra que resume todas as outras sendo necessário explicá-la melhor.

A Companhia tinha como objetivo geral dos estudos levar o indivíduo a Glória de Deus, por meio de disciplinas que proporcionariam conhecimento e amor:

Como um dos ministérios mais importante de nossa Companhia é ensinar ao próximo todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levá-lo ao conhecimento e amor ao Criador e redentor nosso, tenha o Provincial como dever seu zelar com todo empenho para que aos nossos esforços tão multiformes no campo escolar corresponda plenamente o fruto que exige a graça da nossa vocação (*RATIO* in FRANCA, 1952, p.119).

Com intuito de atingir tal objetivo devia-se escolher um Prefeito geral dos estudos conhecedor das letras e das Ciências, zeloso, discreto e capaz de ordenar os estudos com qualidade. Esse seria o instrumento do Reitor, em que os professores e escolásticos acatariam suas ordens com humildade.

Como muitas vezes um Prefeito dos estudos era pouco para todas as aulas, cabia ao Provincial escolher outro que direcionaria os estudos inferiores, e se necessário um terceiro para cuidar da disciplina. Assim, esses Prefeitos (dos estudos inferiores e da disciplina) seriam auxiliares do Prefeito geral dos estudos, obedecendo suas ordens.

Para se obter um progresso dos alunos nas aulas e nos exercícios literários era necessário selecionar professores competentes, eruditos, aplicados, assíduos e zelosos.

O estudo da Sagrada Escritura deveria ser promovido zelosamente por um professor primordialmente conhecedor das línguas, versado na teologia, na História, em outras Ciências e saberes, e se possível eloqüente. As lições da sagrada escritura deveriam ser ministradas todos os dias por 2 anos (no 2º e 3º ano de curso) para os estudantes de Teologia. O professor da Sagrada Escritura poderia ensinar a língua hebraica, senão fosse ele teria que ser um teólogo, pois era preciso ser versado em línguas.

Em relação ao curso e aos professores de Teologia relata-se que o período para conclusão era de quatro anos, sendo ministrado por 2 ou 3 (máximo) professores. Se houvesse três professores, este ensinaria teologia moral por 2 anos e mais 2 anos da Sagrada Escritura. Os professores deveriam, ser devotos a Santo Tomás e zelosos da doutrina, caso contrário não poderiam exercer o magistério. No início do 4º ano a partir de um acordo entre Reitor, Prefeitos, Professores e Consultores acontecia a escolha de alguns escolásticos com bons talentos e virtudes para que durante 2 anos se dedicassem ao estudo privado, repetindo a teologia e se necessário atos acadêmicos.

Havia também os professores de casos de consciência, presentes nos colégios em que tinham seminário de casos de consciência. Geralmente eram dois professores, os quais dividiam as matérias e as explicavam em dois anos, caso fosse apenas um professor deveria dar duas aulas por dia.

O curso de Filosofia (formação de escolásticos) contemplava um período de 3 anos, e para os estudantes externos a duração ficava a critério do Provincial. Ao professor de filosofia era necessário a conclusão do curso de teologia, se possível se dedicado aos dois anos a mais de repetição, pois devem ser conhecedores da doutrina e não serem abertos a novidades ou/e possuidores de muitas opiniões.

Após o início do curso de Filosofia seriam aplicados dois exames, o primeiro antes da quaresma ou das férias e o outro no final do curso. Este último exame determinaria se o estudante continuaria na Filosofia ou iria para os estudos de Casos, que entende-se que seria um grau de estudo mais elevado.

Porém, antes de passar para Filosofia o estudante deveria ter passado pelo menos dois anos no curso de retórica, ao menos que por alguma razão de aptidões naturais ou outras, isso não fosse necessário. O curso de retórica e humanidades não tinha duração definida, ficando assim a cargo do superior definir o tempo em que cada um permaneceria nos estudos.

Nessa regra vê-se como elementos importantes para serem citados:

- ✓ Conferência de casos: Deveriam acontecer duas vezes por semana reunião dos sacerdotes, nas casas professas e duas vezes nos colégios para conferência de casos, em que o Provincial escolhia um sacerdote adequado para presidi-la. Tal sacerdote lia as regras para a realização da conferência. Essa conferência ocorria também nos colégios principais uma vez por semana para os estudantes de teologia.
- ✓ Cursos inferiores: as classes desses cursos seriam no máximo cinco, contemplando uma de Retórica, outra de Humanidades e três de gramática.
- ✓ Início do ensino: Devia-se começar o ensino em um nível científico baixo, para que os estudantes pudessem progredir a cada ano a um grau superior.
- ✓ Formação de professores: Elenca que para uma formação boa os professores precisariam ser preparados em academias privadas.
- ✓ Confessores: Em todos os colégios deveria haver confessores, e se necessário, quando fossem muitos alunos, seriam enviados confessores extraordinários.
- ✓ Livros: Os livros de poetas ou outros eram proibidos para que eles não atingissem a moral e os bons costumes.
- ✓ Férias: as férias gerais eram no mínimo 1 mês e no máximo 2 meses, e se diferenciavam a cada disciplina.

Por fim, o último item afirma que cabia ao Provincial cuidar da piedade, da disciplina dos costumes e do ensino da doutrina cristã. “(...) são pontos estes que mais de perto entendem com a salvação das almas e tantas vezes se inculcam nas Constituições” (*RATIO* in FRANCA, 1952, p. 133).

- Regras do Reitor (24 itens)

O reitor deveria garantir um ensino adequado aos estudantes, auxiliando as almas e zelando por uma formação sólida de virtudes religiosas nos colégios. Tendo como algumas de suas funções:

- ✓ Designar tarefas para o Prefeito, seu assistente.
- ✓ Estar presente nos exercícios escolares.
- ✓ Não permitir faltas dos estudantes nas disputas ou repetições.
- ✓ Zelar pelo uso do latim a todo o momento, exceto nos feriados ou no recreio.
- ✓ Escolher um professor de grande experiência para que os futuros professores o observem e se prepararem para a prática.
- ✓ Consultar o provincial em relação a férias, grau, assuntos mais importantes e acatar sua decisão.

- Regras do Prefeito dos Estudos (30 itens)

O Prefeito dos estudos, com a autoridade delegada pelo Reitor, tinha como dever organizar os estudos, orientar e dirigir as aulas, com o intuito de que os alunos progredissem na virtude, nas boas letras e na ciência.

Ele devia conhecer o *Ratio Studiorum*, zelando por suas regras em relação aos alunos e aos professores, e principalmente a doutrina. Era responsável por dirigir as disputas.

- Regras Comuns a todos os Professores das Faculdades Superiores (20 itens)

Os professores tinham como finalidade levar os estudantes ao serviço e amor a Deus por meio de exercício das virtudes, cumprindo seus deveres zelosamente com auxílio da graça divina. As orações deveriam ser freqüentes, sendo indispensável no início da aula.

Os professores deveriam obedecer ao Prefeito dos estudos, mostrando sua opinião com sutileza e modéstia, não introduzindo novas idéias e/ou opiniões.

Era necessário alternar o ditado e as explicações no decorrer das aulas, evitando apenas ditar. As repetições aconteciam na aula, em que os alunos poderiam perguntar sobre a lição e repeti-la, em casa, quase todos os dias para exercitarem a inteligência e esclarecer as dúvidas, e no fim do ano (repetições gerais), com a repetição de todas as lições.

As disputas aconteciam semanalmente, no dia especificado da Academia, no mínimo de 2 horas; e mensalmente, em um dia de manhã e a tarde. Nas disputas públicas apenas os alunos mais distintos poderiam participar. Ao professor cabia cuidar de tais disputas, corrigindo e dirigindo a atividade.

- Regras do Professor da Sagrada Escritura (20 itens)

O professor da Sagrada Escritura tinha como principal objetivo, explicar as escrituras sagradas, com virtude e piedade, para fundamentar a fé cristã e os bons costumes, defendendo sempre a versão da Igreja. Deveria seguir as idéias dos papas e concílios, confirmando os dogmas com a Escritura. As explicações de cada escritura não poderiam ser demoradas, ao menos se fosse muito importante, alternando o Velho e o Novo testamento em anos diferentes.

- Regras do Professor de Língua Hebraica (5 itens)

O professor da língua hebraica precisaria ter sua interpretação sempre fiel ao texto da Sagrada Escritura, defendendo sempre a versão da Igreja. Em um primeiro momento deveria explicar alguns aspectos iniciais da gramática para posteriormente interpretar os livros mais fáceis da Escritura (unir os estudos, da gramática com os textos). Por fim, deveria ensinar de forma sutil para romper com as dificuldades do estudo de tal língua.

- Regras do Professor de Teologia (Escolástica) (14 itens)

O professor de teologia tinha como finalidade “unir a sutileza bem fundada no argumentar com fé ortodoxa e a piedade, de modo que aquela sirva a estas” (*RATIO* in FRANCA, 1952, p.152), seguindo sempre a doutrina de Santo Tomás.

No processo de ensino deveria primordialmente fortalecer a fé e a piedade, jamais defendendo opiniões que iam contra os ideais católicos. O curso de teologia tinha duração de 4 anos, com o ensino referente a fé, esperança, caridade, justiça, direito, virtude, o Batismo e a Eucaristia, entre outros, enfim, todo o conteúdo estava relacionado com a religião cristã. Era necessário evitar repetições e explicações longas, defendendo sempre a opinião de Santo Tomás, se não conseguisse deveria omitir a questão (percebe-se o controle rígido a aspectos

doutrinários, filosóficos, teológicos, aquilo que deveria ser seguido à risca). Havia disputas mensais.

- Regras do Professor de Casos de Consciência (de teologia moral) (10 itens)

O professor de casos de consciência tinha como intuito desenvolver suas qualidades de modo a formar bem os estudantes em relação aos Sacramentos. Explicava os sacramentos e censuras, os estados de vida e deveres de estado, o Decálogo³, a doutrina dos Contratos, bem como a degradação, magia, entre outros.

As questões eram tratadas como perguntas e respostas, em que nas provas eram escolhidos dois ou três problemas, e para cada regra três exemplos diferentes. As disputas semanais aconteciam na sala com os professores sobre as explicações tidas até então.

- Regras do Professor de Filosofia (20 itens)

O professor de filosofia tinha como finalidade preparar os alunos para a Teologia e para o conhecimento do Criador. As questões importantes deveriam ser pautadas em Aristóteles, com uma boa interpretação de seus textos, mas sem se afastar das doutrinas da escola e da fé cristã. A figura de Santo Tomás era lembrada com respeito, e quando possível seguiam seus princípios.

O curso de filosofia possuía no mínimo três anos, sendo duas horas todos os dias (uma de manhã e outra à tarde). Não era permitido a conclusão do curso antes das férias do fim de ano. O curso se baseava no ensinamento da Lógica, e seus pressupostos; do livre arbítrio; da Ciência; da Física; da opinião dos filósofos antigos; dos elementos; do Céu (substâncias e influências); livros meteorológicos; órgãos dos sentidos; questões relativas a Deus e as inteligências; e metafísica.

Os textos eram escolhidos criteriosamente, a fim de notar questões importantes e as que deveriam ser omitidas. A ordem das questões também era escolhida cuidadosamente, com uma sequência.

No fim das aulas haveria repetições do que se tinha estudado. Havia disputas mensais e disputas solenes (três ou quatro vezes no ano), em que o

³ "Os dez mandamentos bíblicos da lei de Deus" (BUENO, 1996, p.180).

professor orientava os alunos e exigia deles a observação das leis e a ordem das argumentações.

- Regras do Professor de Filosofia Moral (4 itens)

O objetivo principal do professor de Filosofia Moral era o de explicar a ciência moral dos livros da Ética de Aristóteles. Quando não era o mesmo professor de Filosofia quem ministrava aula de ética, as lições deveriam ser dadas todos os dias.

- Regras do Professor de Matemática (3 itens)

Aos alunos de física deveriam ser explicados os elementos de Euclides, introduzindo simultaneamente conhecimentos de Geografia, da Esfera, e outros relacionados ao gosto dos alunos. Um dos alunos deveria, no máximo a cada dois meses, resolver um problema de matemática na presença de filósofos. A repetição da matéria acontecia uma vez por mês.

- Regras do Prefeito de Estudos Inferiores (ginasiais) (50 itens)

O papel do Prefeito de Estudos Inferiores era de auxiliar o Reitor na organização das escolas, assegurando que os alunos aprendessem a virtude e as letras. Era subordinado do Reitor, a quem deveria consultar quando o assunto fosse disciplina e ao Prefeito Geral, a quem consultaria também quando fosse sobre os estudos. Possuía como alguns de seus trabalhos:

- ✓ Aprovar as declamações que ocorreriam em público;
- ✓ Auxiliar os mestres quanto suas regras;
- ✓ Cuidar para que o método e costumes dos professores novos não se afastassem dos costumes;
- ✓ Observar os professores nas aulas, a cada quinze dias, com intuito de analisar a prática dos mesmos;
- ✓ Orientar os professores em relação aos feriados, horários e tempo das orações públicas dos alunos.
- ✓ Não aceitar alunos, os quais não sejam acompanhados pelos pais ou responsáveis, porém, não excluindo nenhum por condição financeira baixa.

- ✓ Examinar os candidatos aos estudos, perguntando sobre seus estudos e as regras das classes, passando um trabalho escrito e indicando alguma frase (tradução para o latim ou autores clássicos);
- ✓ Admitir os candidatos mais bem instruídos, de bons costumes e de boa índole, mostrando as regras para que saibam com se comportar.
- ✓ Promover alunos as classes superiores, uma vez por ano, caso necessário mais vezes;
- ✓ Presidir a prova escrita, ou enviar um substituto. Os exames deveriam acontecer em todas as classes, que era entregues a três examinadores (próprio Prefeito e outros dois escolhidos pelo Reitor). Tais examinadores analisavam a pauta, comparando-a com as anteriores e com o exame.
- ✓ Providenciar os livros necessários e sua quantidade;
- ✓ Escolher o lugar de cada aluno na sala de aula;
- ✓ Determinar horário para os estudos privados aos alunos.

Nomear um corretor, que não seja membro da Companhia, para castigar os que desobedeciam as ordens. Os que não aceitavam as correções eram eliminados dos Colégios (decisão do Reitor).

- Normas da Prova Escrita (11 itens)

A prova deveria ser feita no horário escolar, e quando dado um sinal não poderia haver conversas e nem perguntas. A prova era elaborada e adaptada conforme o nível da classe. Caso alguém faltasse só poderia fazê-la novamente por motivo grave.

- Normas para a distribuição de prêmios (13 itens)

Esse item faz referência ao número de prêmios a serem distribuídos (que se modifica conforme a classe), aos dias de provas (um para o latim, um para os versos, dois para a prosa e a poesia grega), horários, julgadores (três, sábios e dignos), e o critério utilizado para julgar (quem escrevia com melhor estilo e não pela quantidade).

- Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores (50 itens)

Cabia aos professores das Classes Inferiores formarem os jovens nos costumes cristãos e ensinar-lhes as letras, moldando-os para servir a Deus com boas virtudes. Devia obediência ao Prefeito dos estudos em tudo que se relacionava a disciplina e aos estudos.

No início das aulas os alunos faziam uma oração curta de joelhos, eles se confessavam todo mês, assistiam a missa todos os dias e a pregação nos dias de festa. O professor deveria passar leituras espirituais da vida dos santos aos alunos, rezando sempre por eles. As aulas deveriam ser ministradas em latim, e para exercício da memória os alunos repetiam todos os dias algumas das lições aprendidas.

Os trabalhos escritos eram corrigidos normalmente, em particular com o aluno e em voz baixa. No início ou no final da aula havia comentários dos melhores e dos piores desempenhos. Enquanto o professor estava corrigindo deveria passar outro exercício.

Tinha como orientação explicar os autores antigos, nunca os modernos, se preparando com leituras antecipadas para as aulas. Entregava no início do ano ao Prefeito uma pauta, que continha as classificações dos alunos em categorias: ótimos, bons, medíocres, duvidosos, insuficientes ou por forma de números 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

- Regras do Professor de Retórica (20 itens)

O grau desta aula era difícil, pois formava o indivíduo para a eloquência da oratória e da poética, abrangendo o que é útil e também a beleza da expressão. Seguiu três pontos: Regras de oratória, que se encontravam nos livros retóricos de Cícero, na Retórica e também na poética de Aristóteles; Estilo, na maioria das vezes o de Cícero; e Erudição, encontrada na história e características dos povos, dos autores idôneos e competentes e de conhecimentos necessários aos alunos.

Era preciso o exercício diário da memória, e que cabia ao professor explicar o que e como recitar, com intuito de juntar o exercício da memória e a declamação. Alguns exercícios em sala eram:

(...) imitar um trecho de algum orador ou poeta; fazer uma descrição, (...) traduzir um trecho de prosa em latim, ou vice-versa; (...) passar uma forma poética para outra; compor epigramas, inscrições, epitáfios; (...) tirar dos tópicos e lugares retóricos vários argumentos para um determinado assunto (...) (*RATIO* in FRANCA, 1952,p.194).

A explicação do professor em relação a oradores, poetas e historiadores deveria se ater em autores antigos e clássicos, inserindo poesias e epigramas⁴, ou vice versa. A gramática grega também era ensinada no início do ano. Para estimular a inteligência haveria sempre exercícios orais em todos os lugares.

A declamação privada aconteceria em sábados alternados, já a declamação pública uma vez ao mês com poesias ou orações mais importantes. As repetições aconteceriam três a quatro vezes em casa com a presença do professor ou de um substituto.

- Regras do Professor de Humanidades (10 itens)

A classe de Humanidades tinha como principal objetivo dar base para à eloquência, usando três meios:

- ✓ O conhecimento da língua: para aprimorar as palavras. Usava Cícero como principal referência;
- ✓ Conhecimentos eruditos: Para estimular a inteligência;
- ✓ Preceitos da Retórica: por meio de um resumo do Cipriano Soares e de algumas orações de Cícero.

Nesta aula também se ensinava à língua grega, bem como seus autores e alguma coisa de sua escrita.

- Regras do Professor da Classe Superior de Gramática (10 itens)

A classe superior da gramática tinha como finalidade desenvolver no aluno o conhecimento perfeito da gramática, repetindo a construção gramatical e explicando a construção figurada e a retórica.

As aulas se davam todos os dias de manhã e a tarde (correção de trabalhos, explicações, perguntas – desafio- repetições, exercícios e recitações). As

⁴ “Poesia breve e satírica” (BUENO, 1996, p.251).

manhãs de sábados eram guardadas para recitações públicas das lições aprendidas, depois repetições e por último desafio. À tarde tinha o catolicismo.

- Regras do Professor da Classe Média de Gramática (10 itens)

Esta classe visava um conhecimento de toda a gramática, mesmo que imperfeito. Todos os dias de manhã e a tarde havia aula e aos sábados acontecia recitação (decorada), repetição e desafio de manhã. A tarde acontecia da mesma forma, porém com o catecismo.

- Regras do Professor da Classe Inferior de Gramática (9 itens)

A classe inferior de gramática tinha como intuito proporcionar o conhecimento dos elementos da gramática, e da construção gramatical, iniciando com as declinações e indo até a construção comum dos verbos.

As aulas aconteciam da mesma forma das outras classes de gramática, no sábado também.

- Regras dos Escolásticos da Nossa Companhia (11 itens)

Os escolásticos da Companhia precisavam conservar a pureza da alma e possuir objetivo claro nos estudos, que seria a salvação das almas e a Glória de Deus, cultivando a doutrina cristã. Assim, cabia aos escolásticos:

- ✓ Levar os estudos com seriedade e empenho, segundo eles o estudo era de extrema importância para Deus;
- ✓ Obedecer seus superiores, no que dizia respeito a suas orientações;
- ✓ Prestar atenção nas aulas, perguntando se houver dúvidas;
- ✓ Comparecer as disputas públicas e privadas;
- ✓ Falar o latim, principalmente os da Humanidades;
- ✓ Não se aplicar por mais de duas horas ao estudo privado sem dar algum intervalo.

- Diretivas para os que repetem privadamente a Teologia em dois anos (14 itens)

Os que repetiam a teologia (dedicação ao estudo privado) por escolha do Reitor, Prefeitos, Professores e Consultores, deveriam seguir as regras

dos escolásticos, menos no que se refere à frequência das aulas, sem perder a vontade de estudar e o amor das virtudes. Deveriam estar presentes tanto nas conferências quanto nas disputas, e quando eram disputas dos filósofos poderiam resumir os argumentos.

Precisavam ser aplicados nas principais questões de teologia, como visão de Deus, ciência divina e da predestinação. Esse período de dois anos era para uma melhor instrução, maior habilidade na teologia e para aprender a erudição das ciências eclesiásticas.

- Regras do Ajudante do Professor ou Bedel (7 itens)

Cabia ao ajudante acatar todas as instruções dos professores, obedecendo-os sempre. Era responsável pela organização e zelo da sala (carteiras, quadro e lugares) e pelo aviso aos estudantes do tempo das atividades (repetição, disputas, teses, entre outros).

- Regras dos Alunos Externos da Companhia (15 itens)

Os alunos que iam para os colégios a fim de se instruir, deveriam ter a consciência que seriam formados na piedade, nas virtudes e nas artes liberais. Era preciso que se confessassem uma vez ao mês, assistissem à missa todos os dias, não se pronunciassem se fossem romper com os costumes, não se relacionassem com más companhias e não lessem livros inúteis. O mais importante era ser sinceros, piedosos e fiéis à lei de Deus.

- Regras da Academia (12 itens)

Academia era a união de estudantes, que se encontravam para "(...) certos exercícios relacionados com os assuntos." (*RATIO* in FRANCA, 1952, p.222). Os membros da Academia geralmente eram os da Congregação, se fossem outro era por decisão do Reitor. Esses membros deveriam ter virtudes cristãs, sendo o modelo para os outros estudantes.

O Reitor designaria um indivíduo idôneo da Companhia para ficar a frente da Academia (diretor).

- Regras do Prefeito da Academia (5 itens)

O prefeito da academia deveria proporcionar aos membros os estudos e a piedade, por meio do exemplo da virtude e por sua boa vontade. Esse seria um fiscalizador para garantir que as regras fossem cumpridas, possibilitando exercícios para os acadêmicos e organizando os horários.

- Regras da Academia dos Teólogos e Filósofos (11 regras)

Aos membros dessa academia eram designados quatro tipos de exercício: repetições das preleções (todos os dias), disputas (uma vez por semana), preleções (de período a período) e atos solenes de defesa (ocasiões especiais – ex: Natal).

- Regras do Prefeito da Academia dos Teólogos e Filósofos (4 itens)

O prefeito dessa academia deveria buscar que as repetições diárias fossem da mesma maneira das repetições domésticas, em relação a repetir, disputar e argumentar. Nos atos e na defesa de teses continuariam com o método comum, inspecionando-os para verificar se estavam sendo realizadas com modéstia e zelo.

- Regras da Academia dos Retóricos e Humanistas (7 itens)

As reuniões eram no domingo ou em feriados. Os exercícios se baseavam nas explicações difíceis da oratória, debates (defesas), enfim, atividades que resultassem em uma boa eloquência. Havia exercícios públicos com os melhores e prêmios públicos e particulares.

- Regras da Academia dos Gramáticos (8 itens)

O prefeito da academia dos gramáticos precisaria explicar a gramática, ler textos de algum autor interessante, estimulando a repetição do que foi ensinado. As atividades mais comuns eram sobre a memória, variações de frases, tradução, gramática, estilo entre outras, em que eram propostas pelo prefeito que necessitava ter cuidado nas escolhas a fim de que essas atividades fossem dignas e agradáveis aos membros, para que esses se interessassem pelo estudo.

3.3 *RATIO STUDIORUM*: ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

3.3.1 Organização Pedagógica

Como se pode notar na breve caracterização do *Ratio Studiorum* no item anterior, vê-se que o documento tinha como principal intenção orientar toda e qualquer atividade desenvolvida dentro dos colégios, com indicações diretas e minuciosas para os professores, bem como para todos os envolvidos no processo de ensino (provincial, reitor, prefeito, acadêmicos).

O *Ratio Studiorum*, em relação à organização pedagógica tinha como prioridade o ensino das humanidades, com finalidade de desenvolver a imaginação, a inteligência e a razão, capacidades naturais do indivíduo, pois o entendimento que os membros da Companhia tinham da constituição do sujeito era de que tais capacidades (imaginação, inteligência e razão) faziam parte do mesmo e o processo de educação permitiria esse desenvolvimento. Essa perspectiva pode ser associada ao essencialismo, pressupondo que, tudo que o homem pode ser está em essência, e a educação é o processo que permite a atualização, o despertar dessa essência.

Diante disso, a educação jesuítica pode se enquadrar na pedagogia tradicional que:

(...) se caracteriza por uma visão essencialista de homem, isto é, o homem é concebido como constituído por uma essência universal e imutável. A educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano. Para a vertente religiosa, tendo sido o homem feito por Deus à sua imagem e semelhança, a essência humana é considerada, pois, criação divina. Em conseqüência, o homem deve se empenhar em atingir a perfeição humana na vida natural para fazer por merecer a dádiva da vida sobrenatural (SAVIANI, 2005, p.6).

Definitivamente, o tomismo (referente a Tomás de Aquino) é a vertente que melhor define a essência do *Ratio Studiorum*, que se resume na junção da filosofia de Aristóteles e da tradição cristã. Podem-se notar esses elementos em diversas partes do documento que enaltecem Aristóteles e Santo Tomás.

Com a ênfase nas humanidades, essa educação via como importante apresentar a criança desde cedo a esta organização, sendo que no colégio secundário deveria haver cinco classes: uma de retórica; uma de Humanidades; e três de gramática (1- conhecimentos dos elementos, 2- conhecimento geral da gramática, 3- exposição de figuras de estilo e a métrica). Ademais, a educação se dividia em dois ciclos: o primeiro baseado nas três classes de gramática; o segundo na classe de humanidades (conhecimento da língua, erudição – domínio do conhecimento clássico, cultura elaborada) em que se iniciava a retórica, com intuito de formar para eloquência (princípio da oratória, dominar o conteúdo e elaborar o discurso claro e preciso) (CHATEAU, 1978, p. 78–79).

Franca (1952) resume o currículo do *Ratio* da seguinte forma:

I - Currículo Teológico. 4 anos

Teologia escolástica. 4 anos; dois professores, cada qual com 4 horas por semana. A-9⁵

Teologia Moral. 2 anos. Dois professores com aulas diárias ou um professor com duas horas por dia. A-12

Sagrada escritura. 2 anos com aulas diárias. A.6

Hebreu. 1 ano, com duas horas por semana. A.7-8; Eb.3.

A revisão de 1832 no currículo teológico acrescentou, com disciplinas autônomas, o Direito Canônico e a Historia Eclesiástica, estudada no século XVI, só ocasionalmente.

II – Currículo filosófico

1º. Ano – Lógica e introdução às ciências; um professor; 2 horas por dia. Fa_ 7;9.

2º. Ano – Cosmologia, Psicologia, Física – 2 horas por dia. Fa. -7 – 10. Matemática – 1 hora por dia. A-20.

3º. Ano – Psicologia, Metafísica, Filosofia Moral – dois professores. Duas horas por dia. Fa- 7-11; Fb-2.

III – Currículo Humanista

O currículo humanista, corresponde ao moderno curso secundário, abrange no *Ratio* 5 classes:

1 – Retórica.

2 – Humanidades.

3 – Gramática Superior.

4 – Gramática Média.

5 – Gramática Inferior (p. 22-23).

Portanto, o currículo se dividia em dois níveis: o do curso de humanidades e o dos cursos superiores (Filosofia e Teologia). Pode-se dizer assim,

⁵ Nessa citação Franca utiliza desse recurso para a identificação das regras do *Ratio Studiorum*, em que a letra significa a regra e o número o item. Por ex: A – Regras do Provincial 9 – Cursos e professores de teologia

que a formação oferecida nos colégios era inteiramente literária, com uma educação gradativa, que pressupunha conteúdos organizados por complexidade, por meio das humanidades clássicas, que se iniciava com a educação formal e gramatical e aos poucos se introduziam as disciplinas, tidas como auxiliares do humanismo e necessárias para uma formação mais rica e concreta.

Nessa organização dos estudos o provincial era a figura mais suprema da hierarquia dos colégios, sendo que para cada Província se encontrava um, com intenção de cuidar da escolha do prefeito, da formação de professores adequados, promovendo e vigiando o bom funcionamento dos colégios. Cabia a ele também fazer as mudanças necessárias em relação a particularidade de sua Província.

Ao reitor delegava-se a organização do colégio, se esforçando sempre para manter um clima alegre entre os professores e uma doçura entre os alunos. Já o prefeito de estudos tinha como função controlar o ensino, sempre atento para que não introduzissem hábitos novos e que os novos professores não perdessem de vista a doutrina e a pedagogia existente. Assim, o prefeito de estudos tinha como foco direto a organização curricular, acompanhando todas as atividades para que tudo fosse feito mediante regras estabelecidas.

Para não correr o risco de aceitar algum jovem de caráter duvidoso, o prefeito dos estudos não podia aceitar nenhuma criança, que não fosse apresentada pelos pais ou tutores ou que não possuíssem informações sobre a mesma, pois esses deveriam aceitar os regulamentos dos jesuítas. A condição econômica não era um dos critérios, não podendo ser considerada.

Os pais, quando apresentavam seus filhos aos jesuítas ao mesmo tempo estavam concordando com todos os princípios dos colégios, dessa forma, delegavam a esses missionários a autoridade para educar seus filhos da forma como entendiam conveniente, pois essas crianças ou jovens passavam a maior parte do tempo nos colégios.

O ensino era integral, com aulas de manhã e a tarde, sendo divididas em duas horas e meia em cada período, com exercícios escritos e orais, preleção, composição, repetição, bem como poesia, prosa, exercício da memória, grego e latim. Havia também atividades adicionais, como: teatro, discursos, pregações, leitura de autores (permitidos) e academias (organização de estudantes). A doutrina cristã estava presente em todos os momentos, no início da manhã com a

participação da missa, nas orações em sala e as indicadas para as horas de descanso, no referencial teórico, quase sempre cristão, nas confissões, e principalmente no discurso do professor.

As férias eram curtas, para que o mau hábito não se instaurasse nos jovens, como por exemplo, a preguiça e comportamentos que contrapunham os hábitos instituídos nos colégios. Já dentro dos colégios muitos eram os espaços para descanso, distração entre outros, a fim de diminuir ao máximo o tempo passado longe deles. Chateau (1978) se refere aos jesuítas como:

(...) Muito liberais em matéria de distensão concedida aos alunos no interior do colégio (um dia de feriado por semana, dois recreios de uma hora após as refeições - grande novidade para a época - numerosas e decentes distrações de toda a sorte, brinquedos, esportes, conferencias, teatro), restringem o máximo possível o tempo passado fora (p.74).

De fato, Franca (1952) afirma que havia uma variedade de métodos, ou seja, inúmeros processos didáticos para assegurar uma transmissão eficaz do conhecimento, citando que o professor tinha liberdade para escolher qual processo usaria ou até mesmo inventasse outros (dentro do possível). “(...) Norma e liberdade, tradição e progresso balançam-se em justo equilíbrio” (FRANCA, 1952, p.27).

O método utilizado pelos jesuítas, conforme já foi dito, era o parisiense, ao que se referia na organização das salas, que possuíam alunos com a faixa-etária parecida, onde o programa era desenvolvido conforme o nível dos mesmos; nos exercícios que buscavam despertar nos alunos suas habilidades; prêmios e glórias como mecanismo de incentivo; nos castigos corporais (moderado) e prática de denúncia (SAVIANI, 2008).

A preleção era uma metodologia usada constantemente, que se resumia em uma explicação prévia do que seria estudado, variando conforme o nível do aluno. Sua principal característica era proporcionar compreensão, desenvolvendo o suposto assunto no aluno, para que esse exercitasse a imaginação, a razão, o juízo e até mesmo a memória.

Esse processo de ensino era ativo, até mesmo na explicação do professor, em que havia interrupções para questionamentos ou indagações aos alunos. Após a explicação vinha à composição, em que se iniciava a prática, que tinha caráter artístico, desenvolvendo a expressão. Assim, analisavam e estudavam

modelos de cartas, discursos, descrições para mais tarde o aluno repetir o que ouviu e estudou (sozinho em sua carteira), de modo a assimilar o conteúdo. Tal imitação era apenas no início, pois conforme o tempo e o desenvolvimento de idéias e recursos dos alunos iam se modificando, ela ganhava originalidade e formato pessoal.

Antecedente a preleção era exercida a memória, que acontecia no início da aula, com recitações em latim (prosa ou verso). O objetivo não era que o aluno memorizasse deixando de observar, desenvolver a inteligência, a razão ou assimilação, mas sim o de exercício, que como a recitação de cor, desenvolveria melhor a inteligência e a estética literária do ouvido, enriquecendo o vocabulário.

Em relação aos castigos, as punições físicas estavam presentes, mas de maneira mais cautelosa. Não havia a presença do mestre de palmatória, com o rosto furioso, mas sim de um “corretor” (que não era da Companhia) junto ao colégio que quando necessário usava o chicote discretamente e moderadamente. A regra dos professores das classes inferiores cita que eles não deveriam se precipitar com as punições, de forma a algumas vezes passar trabalhos literários e não castigos corporais. Os castigos mais severos cabiam ao Prefeito designar, quando fossem casos mais graves, e era o último recurso, antes deveria tentar atingir os alunos em seus sentimentos, honra e dignidade.

O corretor que aplicava os castigos deveria ser sério e sensato, de modo a agir mediante as instruções do Prefeito. As punições se davam na presença de testemunhas, com no máximo seis golpes, sendo que na cabeça ou no rosto era proibido, pois a intenção não era humilhar ou machucar o aluno, mas sim apenas causar fisicamente uma dor, para que não cometessem os mesmos erros. (FRANCA, 1952)

Os jesuítas visavam estimular os alunos não por meio de castigos, mas sim de atividades que despertassem neles interesse e honra. A emulação (disputas) era uma forma de estimular o psicológico dos estudantes, que geralmente se dividiam em dois grupos (romanos e cartaginenses), em que cada um tinha um rival no grupo oposto. A competição e os estímulos aconteciam também dentro dos próprios grupos que mantinham postos de comandos a partir do merecimento de cada um. A emulação não era tida como disputa de inimigos, mas sim de rivais que se respeitavam e se admiravam, a partir de um sentimento nobre e não invejoso.

Para incentivar esse trabalho havia prêmios, públicos e particulares, após as disputas solenes. Os nomes dos vencedores eram comunicados publicamente, chamados na maioria das vezes dessa forma: “Para maior glória e progresso das letras e de todos os alunos deste ginásio, mereceu o primeiro, o segundo, o terceiro, etc. premio em prosa latina, em prosa grega, em poesia latina, em poesia grega (...)” (*RATIO* in FRANCA, 1952, p.180).

Os nomes dos que chegavam perto dos vencedores também eram lidos para que fossem notados. Na regra do prefeito dos estudos inferiores, vê-se que era função dele assegurar a distribuição de prêmios, públicos e particulares, para estimular os alunos merecedores. O prêmio e a glória era a forma de reconhecer, valorizar o desempenho e esforço do estudante.

A formação das academias era outro estímulo bastante interessante usado por eles, pois com reuniões frequentes, era um espaço de investigação científica que entusiasmava os alunos.

Os inúmeros instrumentos pedagógicos usados pelos jesuítas para ensinar os estudantes tiveram sem dúvida sucesso, despertando na sociedade o gosto pela cultura intelectual, pelas letras, a partir de estímulos que despertavam a honra “(...) um motivo mais nobre do que o medo ao castigo, capaz, quando muito, de sacudir a preguiça não, porém, de acender o entusiasmo” (FRANCA, 1952, p.65).

O teatro também foi mais um procedimento utilizado para instruir os alunos, de forma que os jesuítas entendiam que assim os alunos exercitariam a memória, a voz, a fala, as atitudes e gestos, alcançando uma auto-confiança e um domínio e controle de estarem em público. O intuito era possibilitar ao aluno uma formação religiosa, moral e cívica, com temas muitas vezes da Escritura, peças da Antiguidade e Contemporânea e peças escritas pelos próprios jesuítas.

Assim, o teatro uniu prazer com instrução, com um papel: “(...) não somente de entretenimento, nas mãos dos padres jesuítas o teatro assumiu um caráter didático, sendo utilizado constantemente no ano escolar jesuítico como importante instrumento pedagógico” (ARNAUT; RUCKSTARDTER; RUCKSTARDTER, s.d, p. 3). As peças eram encenadas nos colégios e na Igreja, em grandes festas, geralmente duas ou três vezes ao ano.

Para que o ensino não caísse na monotonia e acarretasse em desinteresse, os jesuítas tinham um leque grande de autores a serem trabalhados e

destinavam os sábados para exercícios mais interessantes, como discursos, prosas, recitações, entre outros com a presença de público.

Por fim, entende-se que a organização dos estudos nos colégios jesuítas seguia uma noção de ordem e método, em que a disciplina estava fortemente presente, abrangendo os alunos, o reitor, o prefeito dos estudos e professores, sempre norteados pela literatura clássica e pela doutrina cristã.

3.3.2 Formação de Professores

O grande objetivo da Companhia era formar professores ideais para a grande missão, por meio de literatura, filosofia, cultura e pedagogia. O docente deveria ter consciência do ideal cristão que sua profissão almejava, e só assim conseguiria a conservação do Estado (havia um atrelamento entre a Igreja e o Estado, e como a Companhia era representante da Igreja, defendia também os interesses do Estado), uma família boa e a salvação (FRANCA, 1952, p.94).

Existia uma seleção de professores, para a escolha dos mais competentes, eruditos, aplicados, assíduos e zelosos, pois essas qualidades eram essenciais para o progresso dos alunos nas aulas e nos exercícios literários. Eles eram responsáveis pelo desempenho de seus alunos, tanto na ciência como na virtude.

O professor tinha um papel imprescindível, o de modelar perfeitamente o educando (homem do futuro), com uma formação moral e intelectual, por isso a necessidade de uma formação adequada e perfeitamente humana. Devia obediência ao Prefeito, tendo na maioria das vezes um ajudante em sala (bedel) que seguia suas instruções.

O curso que formavam os novos escolásticos da Companhia era o de Teologia que tinha duração de quatro anos, com a aprendizagem da teologia moral e da Sagrada Escritura. Esses futuros professores deveriam seguir sempre a doutrina de Santo Tomás de Aquino.

A partir de alguns elementos importantes do *Ratio*, presentes nas Diretivas para os que repetem privadamente a Teologia e no item 10 da Regras do Provincial é possível notar a semelhança dessa atividade com uma tentativa de criar

um espaço de formação continuada daqueles que atuariam na educação, pois prevê que alguns escolhidos no último ano de Teologia, estendessem sua formação ao estudo privado por mais dois anos.

10. Biênio para repetição da teologia – No princípio do quarto ano, de acordo com o Reitor, o Prefeito, os Professores e os seus Consultores, designe alguns escolásticos de reconhecida virtude e bons talentos, para que, segundo prescrevam as Constituições, se consagrem tranquilamente durante dois anos ao estudo privado, (...) Onde for costume da região, poderão alguns dentre eles, com licença do Geral, ser promovidos ao grau de Doutor ou Mestre (*RATIO* in FRANCA, 1952, p.121)

Vê-se a preocupação que se tinha em construir uma articulação e um controle interno daquilo que se fazia, com uma formação mais adequada e consistente para um controle no trabalho que seria desenvolvido.

Segundo Chateau (1978) a partir do momento que os colégios começaram a se expandir houve a necessidade de uma formação mais específica do professor para a missão de instruir adequadamente os alunos. Assim, em meados do século XVII Pe. Jouvency elaborou o *Ratio docendi et discendi*, um manual que era destinado aos estudantes que voltavam aos estudos para um melhor preparo para o ensino, com objetivo de “fornecer, ao futuro professor, as normas gerais e as informações bibliográficas necessárias para guiá-lo nos estudos” (JOUVENCY apud CHATEAU, 1978, p.96).

Essa obra possuía como algumas de suas instruções: dedicação ao grego, a partir do vocabulário até autores antigos, para que assim comesçassem a gostar da língua para animar os alunos; e a leitura de todos os autores a serem explicados. Não poderiam nunca deixar o latim, sempre lendo e compondo algo sobre e em relação a artes, estudavam algumas coisas sobre e retórica, a poesia, história e as ciências auxiliares.

Porém, essa formação literária deveria estar sempre acompanhada pela formação religiosa, a fim de seguir os princípios da Companhia, educando os jovens para o amor e a glória de Deus, para que se tornassem homem de caráter, fé e virtudes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objeto de estudo um documento do século XVI, *Ratio Studiorum*, que contém aspectos da organização escolar dos colégios jesuítas e que se tornou importantíssimo para a área educacional. A fim de conhecer melhor tal documento viu-se necessário uma interpretação do mesmo, e a partir da análise da organização de estudos do *Ratio*, foi possível considerar vários aspectos relevantes em relação à área pedagógica, bem como perceber rupturas e continuidades de atividades exercidas no processo ensino-aprendizagem desde aquela época até então.

O *Ratio Studiorum* é um documento permeado por regras, considerado um manual para todos os envolvidos com o processo de ensino aprendizagem dentro dos colégios jesuítas. Pode-se perceber a clareza que os missionários tinham de seus objetivos, que partia do tipo de homem a se formar, um homem universal, religioso e versado nas letras, que atuasse na sociedade de forma a alcançar a misericórdia e o perdão de Deus, para então compor conteúdos e disciplinas.

Todas as regras possuíam objetivos, bem como o percurso para que eles fossem alcançados, com a clareza da necessidade de que cada função tinha uma exigência, e que para ocupar tal função a pessoa deveria possuir determinadas características de formação. A proposta do plano possuía um rigor muito grande na composição de cada um dos espaços, da organização interna e pedagógica dos colégios, sendo notório o excessivo controle que os jesuítas pretendiam estabelecer em relação a cada parte do processo, como forma de garantir a formação desejada.

A disciplina era considerada uma característica imprescindível para se obter uma aprendizagem adequada. Assim, era necessário que todos obedecessem a seus superiores, mas também se auto disciplinassem em questões referentes a estudos, orações, comportamentos e hábitos ruins. Havia a percepção da necessidade de atividade permanente, principalmente nas aulas, pois os alunos não poderiam ficar parados para não gerar indisciplina, conversas paralelas, entre outros. “Exercícios na aula - Enquanto corrige os trabalhos escritos, prescreva ora um ora outro, exercício, de acordo com o nível da aula. Pois nada arrefece tanto o fervor dos alunos como o fastio” (*RATIO* in FRANCA, 1952, p. 185).

Dentro dos colégios havia um rígido controle em relação a leituras e/ou conversas que iam contra a doutrina da Companhia de Jesus, assim, tudo era cuidadosamente pensado e inspecionado, lembrando que as férias não poderiam ser longas para que os alunos não se desvirtuassem.

É interessante retomar a característica dos castigos, que em último caso eram corporais, e mesmo assim eram cautelosos. Antes, existia toda uma tentativa de convencimento moral dos estudantes, a fim de que eles chegassem à conclusão de seus erros, e desenvolvessem um caráter idôneo, podendo notar a ênfase que os missionários davam à formação moral.

Nota-se no decorrer do documento uma preocupação de construir um currículo gradativo, que a cada ano, se merecedor, o estudante progredia para um nível superior, mas elaborado.

Por onde se deve começar o ensino - Procure que os nossos irmãos comecem a ensinar em aulas que lhes fiquem abaixo do nível científico para que assim, de ano para ano, se possam elevar, com boa parte de seus alunos, a um grau superior (*RATIO* in *FRANCA*, 1952, p. 129).

Além do currículo gradativo, foi possível perceber vários elementos pioneiros de atividades pedagógicas, percebendo continuidades das mesmas. As normas da prova escrita presentes no *Ratio* são muito parecidas com as atuais, como por exemplo, no caso de falta o aluno só poderia fazê-la se tivesse sido um motivo grave; outro elemento interessante era a tentativa de organizar as classes de forma a aproximar as idades e níveis, o registro de avaliação e o planejamento das aulas que eram obrigatórios e as Academias que podem ser assemelhadas aos Grêmios estudantis.

A tentativa de uma formação continuada daqueles que estudavam Teologia também é uma proposta inovadora, que pode ser considerada um esboço das especializações atuais, de um estudo mais aprofundado e específico. Eles eram liberados das atividades acadêmicas a fim de que se aprofundasse em determinado conhecimento.

Essa educação jesuítica aconteceu no Brasil, como já foi apresentado no primeiro capítulo, em três etapas, diferentemente da que se desenvolvia na Europa, considerando a especificidade de contexto do país enquanto colônia, habitada por nativos e totalmente dependente de Portugal. A primeira

atividade que os jesuítas trabalharam no Brasil foi o da missão, posteriormente os aldeamentos, até chegar aos colégios, que eram norteados pelo documento *Ratio Studiorum*. Nesse último período os missionários passam a ensinar exclusivamente os filhos de colonos, a fim de consolidar e garantir o catolicismo. A educação nos colégios se dividiam em quatro cursos (graus): o elementar (ler, escrever, contar, catolicismo); o de humanidades (secundário); o de artes (ciências naturais – filosóficas); e o de teologia (superior) (ZOTTI, 2004).

Para Saviani (2004) a colonização, a educação e a catequese formam três elementos que inseriram o Brasil no chamado mundo “ocidental”. Assim, colonização no século XVI aconteceu de forma a impor práticas técnicas, símbolos e valores da cultura européia para o Brasil, em que a educação foi instaurada nesse processo como uma aculturação, ou seja, da imposição das tradições e costumes dos colonizadores. Dessa forma, a catequese era um instrumento que reforçava a idéia de adaptação à religião dos colonizadores.

Segundo Hilsdorf (2003) os colégios possuíam aulas de gramática latina, humanidades, retórica e filosofia, de forma gradativa. Seguiam as normas do *Ratio*, porém, o currículo algumas vezes possuía interrupções, algumas vezes pela falta de mestres ou alunos, ou muitas vezes pelo motivo de que os estudantes chegavam sabendo falar apenas o tupi (língua do território), sem entender nada de latim. Também abriam turmas para a aprendizagem da leitura, de contas e de escrita em português.

Nessa segunda fase (período de consolidação dos colégios) a educação jesuítica estava desvinculada com a realidade da colônia, pois não possuíam mais o foco nos índios, mas sim na assistência aos colonos, para a formação da elite. Vê-se que no Brasil o trabalho formativo desenvolvido pelos jesuítas possuíam várias fases, até chegarem aos colégios, de forma a usar o método universal que possuíam (*Ratio Studiorum*).

A partir de todos esses elementos é possível considerar que o que aqui se desenvolveu, foi uma educação com características paradoxais, pois ao mesmo tempo em que existe toda uma tentativa de controle da organização pedagógica (rigor nas regras, nos comportamentos, na composição curricular, etc) Franca (1952) afirma que havia a abertura para adaptações necessárias referentes à mudanças na cultura, em relação aos estudos, tempo, exercícios, férias e disputas.

Na prática, os colégios dos jesuítas não se imobilizaram numa rigidez sem vida, mas com espírito sabiamente conservador e prudentemente progressiva souberam sempre acompanhar o passo de uma cultura que marcha (FRANCA, 1952, p.27).

Assim, pode-se afirmar que o documento *Ratio Studiorum* foi fruto da experiência vivida em conjunto durante décadas, e se no olhar atual possui lacunas, em termos de conteúdos, com falta de disciplinas que hoje são imprescindíveis, foi pela condição da época, sendo necessário lembrar que foi elaborado em 1599, em que Franca (1952) explica que:

(...) convém lembrar a situação cultural do século XVI. Nem as ciências experimentais haviam tomado o desenvolvimento que hoje conhecemos nem as línguas modernas a importância que lhe deu posteriormente o surto progressivo das nacionalidades e o enriquecimento das respectivas literaturas (FRANCA, 1952, p.24).

Conforme foram se desenvolvendo as ciências, os jesuítas mantinham a preocupação de introduzirem essas novas descobertas no quadro pedagógico. A revisão do documento em 1832, deu à língua vernácula, a mesma importância do latim e do grego. Estas alterações eram possíveis à medida que a regra 39 do Provincial possibilitava adaptações:

Como, porém, na variedade de lugares, tempos e pessoas pode ser necessária alguma diversidade na ordem e no tempo consagrado aos estudos, nas repetições, disputas e outros exercícios e ainda nas férias, se julgar conveniente, na sua Província, alguma modificação para maior progresso das letras, informe o Geral para que se tomem as determinações acomodadas a todas as necessidades, de modo, porém, que se aproximem o mais possível da organização geral dos nossos estudos (*RATIO* in FRANCA, 1952, p.132).

Portanto, a análise do *Ratio Studiorum* (1599) deve ser feita com o olhar e exigência do período em que foi organizado, levando em conta que a Companhia de Jesus é um marco fundamental no movimento de organização interna pedagógica dos colégios. Percebe-se que a regra de estudos presente no Ratio tem um contexto diferenciado e uma roupagem pedagógica diferente da atual, mas permanece como referência na ação dos profissionais da educação, mesmo que esses não percebam.

A partir da realização desse trabalho pude perceber grandes contribuições para minha formação. Primeiramente esse processo de pesquisa, com a elaboração de um texto mais complexo e estruturado, me levou a um avanço enquanto acadêmica e futura profissional, à medida que ocorreu um amadurecimento em meu olhar para a literatura e para o meu próprio material.

Outro fator importante e creio que o mais prazeroso em minha pesquisa, após um longo processo de análises e buscas, foi notar a contribuição do meu tema de estudo para mim, enquanto futura pedagoga e para o campo pedagógico em sua totalidade, com a consideração de que grande é a herança que os jesuítas deixaram para a educação.

Com o término desse trabalho, posso manifestar a minha imensa satisfação de poder concluí-lo, pois esse me possibilitou um novo olhar sobre a leitura e a escrita e, principalmente, sobre a história da educação, pois se antes eu era apaixonada por essa área, essa pesquisa só fez aumentar esse sentimento e a certeza da importância desse estudo para o campo pedagógico.

REFERÊNCIAS

ARNAUT; RUCKSTADTER; RUCKSTADTER. **O teatro jesuítico na Europa e no Brasil no século XVI**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/>. Acesso em: 05 jul. 2009.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTP: 1996.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CHATEAU, Jean. **Os grandes pedagogistas**: atualidades pedagógicas, v.133. São Paulo: Nacional, 1978.

DENIS, Marcelle. A reforma e a educação. In: MIALARET, Gaston; VIAL, Jean. **História Mundial da Educação**, v.3. De 1515 a 1815. Porto-Portugal: Rés, s.d.

EBY, F. **História da educação moderna**. Porto Alegre: Moderna, 1976.

FERREIRA, Antonio Gomes. A educação no Portugal Barroco: séculos XVI a XVIII. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias da educação no Brasil**, v.1. Séculos XVI – XVIII. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas. “O Ratio Studiorum”**. introdução e tradução. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/brcol012.htm>. Acesso em 20 jun. 2009.

HILSDORF, Maria L. S. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MARGOLIN, Jean-Claude. A educação no tempo da Contra Reforma. In: MIALARET, Gaston; VIAL, Jean. **História Mundial da Educação**, v.2. De 1515 a 1815. Porto-Portugal: Rés, s.d.

MATTOS, Luis Alves. **Primórdios da educação no Brasil**: o período heróico. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

PAIVA, José M. Igreja e educação no Brasil colonial. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias da educação no Brasil**, vol.1. Séculos XVI – XVIII. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PAIVA, José M. **Educação jesuítica no Brasil colonial**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Educação e colonização: as idéias pedagógicas no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias da educação no Brasil**, v.1. Séculos XVI – XVIII. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Campinas: CNPq, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das idéias pedagógicas no Brasil**. Coleção Memória da Educação. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Leonel_Franca. Acesso em: 02/10/2009.

ZOTTI, Solange A. **Sociedade, educação e currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Plano, 2004.